

Fábio Luiz Rigueira Simão

## Tradição e modernidade na construção da nova capital mineira: o Padre Francisco Martins Dias e os “Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte”.

Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

fabbiosimao@yahoo.com.br

### **Resumo:**

No final do século XIX, o estado de Minas Gerais passara por uma grande crise política que gerou uma experiência marcante: a mudança de sua capital. Tratava-se da transição da Monarquia para a República, vivida com entusiasmo por certa parcela da elite mineira reunida em torno do ideal da conciliação política. Belo Horizonte haveria de representar a síntese dessa conciliação. Nesse contexto, projetos e textos diversos versam sobre a nova cidade e seu futuro promissor. Analisamos aqui a obra de Padre Francisco Martins Dias, que, inserida neste contexto, pode ser tomada como esforço de construção identitária para uma cidade nascida originalmente de vazios materiais, conflitos sócio-econômicos e austeras transformações.

**Palavras-Chave:** Tradição, Modernidade, Identidade.

### **Abstract:**

In the end of XIX century, Minas Gerais passes for a great crisis politics that generates a great experience: the change of its capital. It was the transition of the Monarchy for the Republic, lived with enthusiasm by a portion of the state elite gathered around the political conciliation. Belo Horizonte should represent the synthesis of that conciliation. In this context, diverse texts and projects appear about the new city and its promising future. We analyze here the work of priest Francisco Martins Dias, that, inserted in this context, can be taken as effort of identity construction for a city that was born originally in the uncertainties, socioeconomic conflicts and austere transformations.

**Keywords:** Tradition, Modernity, Identity.

Enviado em 29 de junho e aprovado em 04 de novembro de 2008

## Introdução

Os estudos sobre as cidades, no campo da história, têm sido alvo de mudanças sensíveis no que toca especialmente as perspectivas teóricas e o tratamento do objeto. Como observa Ronald Raminelli, depois de obras clássicas sobre as cidades medieval e renascentista, em que merecem destaque autores como Henri Pirenne e Faustel de Coulanges, e adiante as abordagens de Lewis Mumford, George Simmel e Max Weber sobre a cidade metropolitana do século XX, uma nova historiografia parece ganhar espaço com os trabalhos de autores como Walter Benjamin e Marshal Berman. Raminelli escreve que é possível identificar “uma nova história urbana” dedicada a três problemas fundamentais, conforme observação de David Herlihy:

[...] as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização; os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família; as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social (Raminelli, 1997:189).

Complementamos esse quadro citando os trabalhos de Bernard Lepetit, Marcel Roncayolo e Michel de Certeau sobre as questões culturais que envolvem a vida urbana e o cotidiano dos diferentes grupos em conflito na trama. Entre os historiadores brasileiros tem-se mostrado muito profícuas as abordagens desses autores, especialmente dentro da chamada história cultural. Novas percepções da realidade social colocam a cidade como lugar de contradições muitas vezes regidas por concepções de grupo que circulam pelos meios de comunicação dentro da urbe.

Esse tipo de reflexão torna-se importante para o estudo das cidades modernas do final do século XIX e início do XX, na exata medida em que relativiza os projetos urbanísticos emanados das competências de arquitetos, médicos e engenheiros (os *profissionais da cidade*, segundo definição de Marcel Roncayolo), dando novas dimensões ao *conflituoso* processo de construção do espaço urbano. Nesse sentido a noção analítica de *grupo social* torna-se apropriada, acompanhada do pressuposto de que a cidade não é fruto de um projeto homogêneo, mas sim das diferentes aspirações daqueles que são os verdadeiros *consumidores do espaço*.<sup>1</sup>

Sob essa nova perspectiva é bastante significativa a contribuição de Roger Chartier que recupera da sociologia clássica o conceito de representações. Segundo Sandra Pesavento, “a utilização deste conceito, que implica o retorno a Emile Durkheim e Marcel Mauss, tornou-se uma categoria central para as análises da nova história cultural”, pois se trata de um referencial analítico que privilegia aspectos simbólicos da dinâmica social, evocando ao mesmo tempo uma ausência e uma presença: compõe-se da presentificação de um elemento ausente na exata medida em que permite ver por meio de uma imagem, concreta ou não, construções complexas de sentido que o pensamento atribui à realidade (PESAVENTO, 1995:2).

Segundo Mônica Velloso, um dos objetivos centrais da história cultural é “[...] buscar responder como determinada realidade social é construída, pensada e apresentada enquanto tal” (VELLOSO, 2004:16). Dessa maneira torna-se central a noção de representação, porque nessas construções profundas de sentido, podem ser encontrados os significados atribuídos pelos homens à realidade. E se consideramos a cidade como o *locus* por excelência da construção desses significados, havemos de notar que as representações do espaço urbano são ao mesmo tempo intenção e gesto. Assim, um discurso higienista, uma crônica, uma praça ou uma poesia guardam relações profundas de sentido ao mesmo tempo em que informam atos e comportamentos. Segundo Pesavento,

as representações são parte integrante também daquilo que chamamos realidade. Isto se dá não só porque são matrizes geradoras de práticas sociais, como também porque demonstram um esforço de revelação/ocultamento dado tanto pelas imagens

1. RONCAYOLO, 1990 e 1999.

reais (cenários, paisagens de rua, arquitetura) como pelas imagens metafóricas (da literatura, pintura, poesia, discurso técnico e higienista etc) (PESVENTO, 1995:4).

Cumpra apenas ressaltar que, como salienta Chartier, “as representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990:17). Desta forma, é forçoso também considerar que no âmbito das representações e das práticas que lhes são correlatas reside centralmente o *conflito*.

Tomando, pois, a cidade como um construto social resultante das práticas e das representações de grupos, acreditamos ser possível analisar o jogo complexo e conflituoso das relações sociais urbanas a partir de *discursos*, aparentemente soltos e neutros, isto é, independentes e não-relacionados com o universo das ações. As matérias veiculadas na imprensa revelam muitas vezes representações que deixam ver verdadeiras concepções de mundo e *de cidade* dos grupos que as manipulam.

Realizamos neste artigo um estudo sobre a construção de Belo Horizonte no final do século XIX, e fazemo-lo a partir de análise da obra jornalística de Padre Francisco Martins Dias, que, além de vigário da paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem em 1897, ano da inauguração oficial da nova capital mineira, era escritor e editor-chefe do primeiro periódico da cidade, o *Bello Horizonte*. Compreendemos autor e obra como traços históricos do momento complexo de grandes transformações pelas quais passava o estado de Minas Gerais, em geral, e a cidade de Belo Horizonte, em particular, com a chegada da República. Veremos que o esforço de Dias, em sua obra, se dará no sentido de dar uma identidade à cidade, através de representações que misturam catolicismo e secularização, modernidade e tradicionalismo, a partir de um raciocínio intrigante, que subtrai as rupturas, unindo passado e presente em um só *continuum* histórico.

## I

Marshall Berman, analisando os aspectos constituintes da modernidade no ocidente, contexto em que se vão inserir as reformas urbanas em cidades como Paris e Viena, aprofunda a problemática das transformações sofridas pelo mundo contemporâneo ocidental, a partir do século XVIII. Analisando o *Fausto* de Goethe, Berman explora o choque de contradições entre a tradição e a modernidade, o novo e o arcaico; já em Baudelaire, analisa essas antinomias no ambiente das cidades em cuja organização pulsam mudanças profundas, transpostas aos domínios psicológicos de quem se torna depositário da luta de contrários em meio à multidão. Para o caso das cidades-metrópole dos séculos XIX e XX, Berman identifica a existência de projetos de modernidade que se materializam nas grandes reformas urbanas, mas se debatem com a presença marcante de comportamentos e valores tradicionais, e com as próprias espacialidades do passado (BERMAN, 1986).

Algumas cidades aspiravam ao sonho da modernidade, mas não chegavam a ele. Em casos extremos, como o da Rússia czarista, um único elemento reivindicava a modernidade para toda uma cidade. Como lembra Sandra Pesavento, na Rússia absolutista do século XIX, “a modernidade aparece como algo distante, de que se ouve falar, de que se tem um certo conhecimento, que almeja experimentar” (PESAVENTO, 1995:7). A autora faz ainda uma comparação entre a Avenida Borges de Medeiros de Porto Alegre e a Nevski de São Petersburgo, ressaltando que elas sozinhas “cumpririam o mesmo papel de **representação simbólica da modernidade desejada**” (PESAVENTO, 1995:7, grifos nossos).

Esse aspecto da modernidade, o do sonho de tornar-se moderno, coloca-nos uma questão importante: os quadros constituintes da realidade social urbana das grandes cidades européias do final do século XIX, embora estejam diretamente relacionados com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo, apresentam também um outro sentido de existência que se fundamenta

em referenciais simbólicos: o sonho da modernidade que pressupõe de maneira direta um “[...] processo de construção e enunciação da consciência e do [próprio] homem moderno” (BARROS, 2004:2).

Para as cidades brasileiras essa lógica parece se aplicar acrescida ainda de certas peculiaridades. Junto com um discurso republicano, que evocava o progresso e a modernidade, o país se vê as voltas com uma realidade arcaica, eminentemente rural e escravista. Se pensarmos que algo só se torna passado quando o novo reclama atenção, havemos de notar que no Brasil da virada do século XIX para o XX, nunca as mazelas da sociedade escravista e opressora ficaram tão marcadamente evidentes. Os ventos fortes da República sopravam em direção às luzes de novos tempos havendo os resquícios da sociedade colonial e monárquica de serem enfim eliminados.

Ao tratar das reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro ao tempo do governo Rodrigues Alves (1902-1906) e o efeito causado no imaginário social com a chegada da República, N. Sevcenko define os princípios básicos orientadores da ação governamental:

[...] a) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; b) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; c) uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; d) e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003:43).

Parecem estar aqui os elementos da tríade haussmanniana: *embelezamento*, *higienização* e *racionalização do espaço urbano*. E assim parecia ser com o país de uma maneira geral, a partir da instauração do regime republicano e primeiras décadas do século XX, guardadas, é claro, as singularidades regionais.<sup>2</sup> Belo Horizonte, construída nesse contexto, foi a primeira “cidade moderna” planejada do país, e sinalizava a chegada da modernidade no estado de Minas Gerais.

## II

Em 30 de março de 1891, reuniu-se na cidade de Ouro Preto uma Constituinte, em cujos debates, um mereceria destaque: a mudança da capital do estado. Depois de acirrados debates entre “mudancistas” e “anti-mudancistas”,<sup>3</sup> a opção pela mudança impôs ao governo uma outra questão: a escolha da localidade, para onde rumaria o *corpus* administrativo do estado. Cinco regiões foram estudadas por comissões específicas: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d’El Rei. A Lei nº 3, de 1893, tornara oficial a escolha por Curral d’El Rei, local já então conhecido pela população como Belo Horizonte. Em menos de dois meses, era criada a *Comissão Construtora da Nova Capital Mineira*. Nomeado engenheiro-chefe da comissão, o politécnico Aarão Reis teve total liberdade na escolha de sua equipe, compondo-a essencialmente de mentes como a sua, afeitas à racionalidade do urbanismo moderno e ao positivismo republicano da época.<sup>4</sup> Iriam começar as obras (BARRETO, 1936).

A planta matriz foi apresentada ao governo em 1895. Reis ordenara de pronto que a rala população do antigo lugarejo deixasse suas casas abrindo alas às obras. Como aponta J. Márcio Barros, “já em 1894, a Comissão Construtora determina a desapropriação de 430 casas a fim de

2. É vasta a literatura sobre as reformas urbanas das cidades brasileiras. Apenas para apontar as mais clássicas e por nós conhecidas apontamos CARVALHO, 1987; CHALHOU, 2001; DUTRA, 1996; FERNADES e GOMES, 1992; MENEZES, 1996; MONTE-MÓR, 1994; MATTOSO, 1978; PESAVENTO, 1999 e 2001; SEVCENKO, 1992 e 2003; SILVA, 1988; VEIGA, 2002. E especialmente como emblema de uma nova historiografia regionalista, veja-se FOLLIS, 2004, estudo sobre a modernização da cidade de Franca, oeste do estado de São Paulo, na Belle Époque paulista.

3. Ficaram assim conhecidos os parlamentares que se posicionaram a favor ou contra a mudança da capital (veja-se IGLESIAS, 1987 e LINHARES, 1905).

4. Sobre Aarão Reis e suas convicções pessoais e profissionais, ver PAIM, 1999 e SALGUEIRO, 2001.

não obstaculizar o desenvolvimento das obras” (BARROS, 2004:7). Em ofício endereçado ao governo do estado, Reis presume uma cidade rigorosamente racional e excludente.

Foi organizada, a planta geral da futura cidade dispendo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m<sup>2</sup>, dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos rectos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, [...] às avenidas fixei a largura de 35 m [...]. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada á ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constitui-la em centro obrigatorio da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao proseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno [...]. A zona sububana, de 24.930.803 m<sup>2</sup> [que circunda os bairros centrais] [...] é por sua vez envolvida por uma terceira zona de 17.474.619 m<sup>2</sup>, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura (BARRETO, 1936:241-242).<sup>5</sup>

A planta resolve-se, portanto, sob três divisões fundamentais: zona urbana, reservada às boas famílias, aos funcionários do estado, aos comerciantes de destaque, enfim, às elites; zona suburbana, reservada para os trabalhadores pobres e antigos moradores do que então passaria a ser o centro da nova capital; e, por fim, a zona rural, em que se realizariam a pequena agropecuária de abastecimento. Não tardaria até que a essa imagem ideal da nova cidade se somassem fronteiras ideológicas. Tão logo iam chegando imigrantes pobres – nomeadamente italianos – para compor o braço forte que ergueria a nova capital, o corpo policial se ia aparelhando e começava a agir no cotidiano da cidade. Rapidamente os bairros fora da linha da Avenida de Contorno, bem como os seus habitantes, passariam a ser identificados com a desordem e com a turbulência (ANDRADE, 1987). Nos relatórios da chefia de polícia de Belo Horizonte, de 1915, lê-se, por exemplo:

[...] vagabundos e desordeiros se aglomeravam nas TASCAS e TAVERNAS para promoveram ASSUADA e DESORDEMS, determinei ao subdelegado desses dois distritos policiais [refere-se ao Calafate e ao Barro Preto, bairros adjacentes à zona urbana] que, em giro de inspeção, reprimisse taes abusos, prendendo os perturbadores da ordem pública.<sup>6</sup>

Note-se como a ação policial é deliberada: já que se trata de distritos policiais situados em “lugares perigosos” (Calafate e Barro Preto) deve-se não medir esforços para prender sem embargo. O chefe de polícia se engrandece por estar fazendo um *bom trabalho*. Os turbulentos então hão de ser enquadrados mesmo que em mero giro de inspeção – medida preventiva! A lei do *reagir* já antes de qualquer ação do *inimigo*.

Esse é o ambiente urbano conflituoso em que se funda a nova capital mineira. Somada à ação deliberada contra os desviantes sociais, há a intenção de louvar o novo e o moderno em detrimento do arcaico, a civilização em detrimento da barbárie. A própria decisão pela mudança da capital é sintomática da negação do passado colonial, na medida em que a antiga capital, Ouro Preto, a despeito de seu legado inconfidente, signo do republicanismo, encarna exemplarmente essa imagem negativa: ruas tortuosas, espaços confusos, arquitetura antiquada, economia decadente, ausência de racionalidade.

5. Ofício nº26, Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

6. Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

A propósito, cumpre ressaltar, Belo Horizonte haveria de estabelecer uma síntese mesmo conciliatória para um estado em vias de cisão política.<sup>7</sup> Era iminente nas últimas décadas do Império a possibilidade de o sul de Minas, região mais próspera da província à época, enriquecida com a agro-exportação do café, se separar do restante do território. Conforme as propostas apresentadas pelos políticos sulistas, a região seria anexada ao estado de São Paulo, centro de gravidade da economia cafeeira do país, ou constituir-se-ia em uma nova província com o nome de Minas do Sul (MELLO, 1996).

A essa crise de articulação entre as elites mineiras (Zona da Mata e Sul, de um lado, e Centro e Norte, de outro), a construção da nova capital, em local central e equidistante em relação às disputas regionais do estado, assumiria o compromisso de promover um equilíbrio de forças e a conseqüente conciliação. A construção da nova cidade – símbolo da ilustração republicana – emergiria do ideal da unidade, sendo então síntese da competência das elites estaduais (IGLÉSIAS, 1987; MELLO, 1996). Tratava-se da união urgente entre as Minas e as Gerais (BOMENY, 1994).

A elite ouro-pretana mostrou-se não raro resistente à mudança da capital, não só por motivos políticos, mas também por não acreditar que a nova cidade poderia oferecer o nível de vida digno de uma capital. Mas era a própria Ouro Preto alvo de críticas por parte da inteligência construtora de Belo Horizonte. O antigo centro administrativo do estado de Minas Gerais, como observamos acima, representava a irracionalidade das formas, o povoamento desordenado, algo incompatível com o pensamento urbanístico triunfante do *fin de siècle*. Daí o tom entusiasta do discurso daquela parcela da elite mineira afinada com o ideal da conciliação, para quem o sucesso da cidade coincidia com a sua própria sobrevivência junto ao poder:

Belo Horizonte tornava-se abrigo para **os que quisessem mergulhar no ‘sonho da razão’**. Sob a proteção da autoridade da ciência, Aarão Reis ia traçando seu projeto, **exigindo atendimento às condições de higiene, àquilo que seria a comprovação de que pela razão científica se chegaria ao aperfeiçoamento social** (BOMENY, 1994:43, grifos nossos).

A personagem Lená de *A Capital*, romance de Avelino Fóscolo (1905), encarna bem o tipo que se lançou na direção do “sonho da razão” e da modernidade. Segundo aponta mais uma vez Bomeny, “como Lená, uma geração de políticos, intelectuais e artistas tratavam de defender, *em nome de uma idéia futura*, um presente caótico” (BOMENY, 1994:49, grifos nossos).

Um presente caótico. Caótico para o estado e suas elites, mas também, e especialmente, para os grupos sociais que comporiam o espaço urbano da nova capital mineira. As expectativas em torno da cidade não foram, é claro, a mesma para todos os homens e mulheres que vieram – do Brasil e do estrangeiro – habitar a nova capital; tampouco o seria para aquelas famílias pobres que tiveram de deixar o seu lugar de origem em favor dos novos prédios públicos e privados que se ergueriam com a comissão construtora.

Com efeito, o projeto oficial da cidade (a planta de Aarão Reis e os anseios conciliatórios das elites mineiras) houvera de debater-se com “outros projetos” de pessoas comuns e mesmo de lideranças tradicionais do antigo arraial. Padre Francisco Dias é uma dessas lideranças. Pároco da Matriz de Boa Viagem, único prédio de arquitetura colonial que permanece até a década de 1930 de pé em meio a uma onda austera de demolições,<sup>8</sup> Dias torna-se depositário e formulador de um discurso especialíssimo que vê na nova cidade o signo de um progresso *bom e necessário*, mas que deve ser ponderado com as práticas costumeiras da vida dócil e trabalhadora do povo mineiro, fiel às duas instituições basilares da cultura local, família e religião.

7. Sobre o assunto, ver IGLÉSIAS, 1987; LE VEN, 1977; BOMENY, 1994; MELLO, 1996; DUTRA, 1996.

8. O trabalho de Marcelina das Graças de Almeida releva esse quadro: a autora estuda as amplas discussões entre o poder público e a Igreja acerca da demolição ou permanência da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, obra setecentista, símbolo da colonização e da monarquia (ALMEIDA, 1993).

Minas Gerais foi desde os anos de esplendor da economia aurífera influenciada pelos preceitos católicos, mesmo que em profundo sincretismo com outras crenças e práticas, como observa Laura de Melo e Souza (SOUZA, 1987). Dessa maneira, muito daquilo que se concebeu como bom e por isso pertinente à cidade de Belo Horizonte, no contexto mesmo de sua construção, diz respeito aos cânones católicos, como poderemos verificá-lo mais detidamente adiante na obra de Dias.<sup>9</sup>

Sabemos que uma das matrizes do pensamento de Comte é a racionalização do governo, o que pressupõe o afastamento da doutrina religiosa das estruturas do estado. Em Belo Horizonte isso fica evidente na planta de Reis se observamos os nomes das ruas, praças e avenidas. Como aponta Beatriz Magalhães, as nomenclaturas, sempre leigas, seguem uma lógica de hierarquização do espaço:

[...] em primeiro lugar, os das idéias caras ao temário positivista e republicano e das datas que comemoram os fatos históricos por eles valorizados; em segundo, os de vultos da nossa História e das coisas do Brasil – rios, estados e tribos –, o tom nacionalista; em terceiro, os que se referem às coisas e vultos de Minas e a seus minerais; por último, um pequeno contingente de nomes de caráter meramente funcional, como a Estação, o Mercado, o Cruzeiro (MAGALHÃES, 1989:126).

Mas a cidade enquanto espaço urbano, onde transitam pessoas e idéias, práticas e relações de poder e propriedade, fez-se também de *projetos adjacentes*. É importante observar que não houve coincidência de posições diante do futuro da cidade entre os grupos que para lá rumaram desde a supostamente feliz ocasião de sua inauguração. Textos da época e observações posteriores apontam para essa *diversidade* de perspectivas.<sup>10</sup>

Os jornais, de caráter notadamente associativista, aparecem como fontes fundamentais para uma análise dessa situação de divergências e convergências, mas antes de descontinuidades, observada no interior dos grupos que iam compondo a cidade.<sup>11</sup> Entendemos que as notícias veiculadas nos periódicos materializam maneiras de se conceber a realidade e informam muitas vezes os comportamentos e as práticas dos diferentes grupos. Com efeito, as crônicas jornalísticas aparecem não como meros veículos de informação, algo estanque e livre de ideologias, mas como verdadeiras difusoras de idéias, práticas e condutas que moldam e representam a cidade, exercendo assim importante papel na constituição do espaço e do imaginário urbanos.<sup>12</sup>

Parece, portanto, importante considerar o primeiro jornal da cidade, o *Bello Horizonte*, periódico semanal de propriedade do Pe. Francisco Martins Dias. Em 1895, quando têm início

9. A influência dos preceitos católicos e sua referência ao tratar família e trabalho como instituições determinantes da boa índole do povo mineiro é recorrente entre os periódicos da época: O Operário, jornal da classe trabalhadora declara-se “Orgam da Confederação Catholica do Trabalho”, sempre salientando, mesmo em matérias contestatórias (muitas vezes baseadas em matrizes do pensamento anarquista), aliás especialmente nelas, as qualidades do bom trabalhador mineiro; o jornal Povo Mineiro pretende-se em perfeita consonância com o quarteto proferido por Afonso Pena em artigo de sua publicação: “Deus, Patria, Família e Liberdade”, ressaltando em sua edição inaugural que “[...] dahi nasce o nobre e justo apego deste povo [mineiro] aos sentimentos religiosos; dahi [...] decorre o respeito dos mineiros ás leis e ás autoridades; dahi a sua belleza moral e a sua simplicidade de costumes [...]” (Povo Mineiro, 29 nov. 1914, grifos nossos).

10. Veja-se para uma discussão sobre os projetos políticos e as discussões sobre a mudança da capital mineira, por exemplo, LINHARES, 1905. Uma análise historiográfica recente pode ser encontrada em IGLÉSIAS, 1987; FARIA, 1985 e DULCI, 1984.

11. Referimo-nos aos operários, brasileiros e estrangeiros, que rumaram para o arraial desde o início das obras, a elite ouro-pretana muitas vezes resistente à mudança, as novas elites republicanas, e homens e mulheres desapropriados, metidos em cafuas e barracões, agora errantes aí no lugar onde nasceram e foram criados (ver GUIMARÃES, 1996 e 1991; DUTRA, 1996).

12. Os jornais são diversos: políticos, publicitários, humorísticos e literários, associativos e operários; representantes de grupos estrangeiros, como italianos, árabes e alemães; periódicos manifestamente católicos ou protestantes, folhas espíritas, estudantis e universitárias; reclames publicitários e até folhas carnavalescas como o anuário Matakins (LINHARES, 1995).

as obras no curral d'El Rei, Dias funda o jornal com o fim de informar à população local sobre os trabalhos da comissão. As suas matérias, em forma de crônicas, foram depois compendiadas e publicadas em livro, em 1897, com o seguinte título: *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. O autor está preocupado, como ele próprio salienta no preâmbulo de sua obra, em dar *uma* história à cidade, e o faz sob a perspectiva (por vezes forçada) da continuidade. Nesse artigo propomos uma análise da obra de Dias tomada como um discurso de identidade, inserido em uma época de profundas transformações. Partimos da hipótese de que o livro forjou-se a partir do propósito de dar à cidade de Belo Horizonte, construída em uma atmosfera de conflitos políticos e sociais, um passado opulento e de grandes conquistas, que, depois de décadas de opressão durante o regime monárquico, se liberta e segue novamente o seu desígnio de glória. Nessa perspectiva o autor une passado e presente, tradição e modernidade, forjando na tinta e no papel traços de uma identidade sócio-histórica de uma cidade que queria *dar certo*.

### III

Belo Horizonte foi concebida inicialmente como capital modelo do novo regime republicano. Segundo palavras de João Pinheiro, tratava-se da “filha primogênita das realizações materiais da República”. As referências em jornais da época, bem como os relatos de jornalistas vindos da capital federal, como Artur Azevedo e Olavo Bilac, por ocasião da inauguração da cidade, registram a satisfação e o clima de festejo com que se recebe a nova capital mineira. Azevedo, em seu conjunto de crônicas intitulado *Um Passeio a Minas*, publicado originalmente n' *O Paiz*, ufana a república e a nova cidade com as seguintes palavras: “[...] formoso planalto, tão bem escolhido para a capital de um grande estado e que poderia ser – por que não dizê-lo, **quando todos os sentem?** – a própria Capital da República” (Azevedo, 1901: 2, grifos nossos). De novo na observação de João Pinheiro:

A nova capital, a mais famosa cidade brasileira, conquistou-nos o coração. Dir-se-ia a NOIVA DO TRABALHO ansiando pela realização de seus destinos, ponto de convergência que deve ser de nossos esforços, centro de impulsão que será da nossa atividade [...] (MELLO, In: DUTRA, 1996:45).

Muitos testemunhos da época apontam para essa mesma direção: brindar à nova capital e à modernidade que a acompanhava. E se o fazia muito amiúde na perspectiva da cidade espetáculo, vitrine. Segundo Carlos Nelson dos Santos, “há [nas cidades modernas] um grande efeito disciplinador [...], tornando-as [as cidades], ao mesmo tempo, ‘bonitas’ e ‘transparentes’. As capitais são usadas como **espelhos didáticos** que servem a seus próprios cidadãos” (SANTOS, 1982:31, grifos nossos). Esse efeito disciplinador faz-se, no caso de Belo Horizonte, em uma perspectiva claramente barroca, o que se pode observar na planta de Aarão Reis. É incisiva a preocupação com a arborização das ruas, e o constante interromper das linhas retas das avenidas pela presença de praças (MAGALHÃES, 1989).

A “noiva do trabalho”, nas palavras de João Pinheiro, haveria de ser a mesma noiva do progresso e das luzes trazidas pela República, somada sempre à competência técnica da comissão construtora. Alfredo Camarate, sob o pseudônimo Alfredo Riancho, publicou no jornal *Minas Gerais* de Ouro Preto em 1894, as seguintes palavras:

Construímos, é verdade, uma capital para os filhos do Estado de Minas [...]; filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue; a criação de uma capital nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros e refiro-me aos encargos morais e não aos econômicos [...]. Fitam os olhos sobre nós, não só todos os brasileiros como todos os povos do mundo (MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2).



Camarate era engenheiro técnico da comissão chefiada por Aarão Reis. A sua fala é, pois, a de um *construtor*, havendo nas palavras uma espécie de sensação de compromisso com o sucesso e a projeção da nova cidade. Essa característica de saudar à nova capital, vendo nela o depositário de novos tempos mais prósperos e felizes, está presente em muitos relatos da época, e o está de maneira exemplar em Pe. Francisco Martins Dias, que, como quem ouve o apelo do conviva Riancho, entrega-se à tarefa de sustentar a grandeza moral que a bela cidade deve inspirar. Uma passagem muito citada do texto de Dias faz forte referência à substituição do antigo pelo novo, da tradição pela modernidade:

E foi assim que nos últimos dias da monarquia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse (DIAS, 1897:18).

É razoável concluir a partir do trecho acima que se trate de manifesta negação ao passado colonial, apontando para os pressupostos do urbanismo reformador da época. Entretanto, como observaremos, há na obra de Dias uma intrincada relação harmônica entre o novo e o velho no espaço da cidade. O autor, ao contrário do que possa parecer, não é um *visionário radical*, adepto sem embargo à fúria jacobina de republicanos por vezes anônimos que impunham sua presença na nova capital.<sup>13</sup> Tampouco poderia aceitar de todo os preceitos do positivismo agressivo da comissão construtora, que, em última análise, contribuía, como observamos acima, para a subtração da influência da Igreja nas coisas do estado e, por extensão, na essência da própria cidade. O seu discurso parece casar-se sem maiores problemas aos de Alfredo Camarate e outros, mas visto de perto ele pode nos revelar outra perspectiva. Veremos em Dias, que autor e obra são referenciais de um pensamento conciliador, que quer receber da melhor maneira possível o novo, mas sem deixar com isso que o velho desapareça, pelo menos em memória.

Em sua apresentação, “Ao Leitor”, Dias fala de seu objetivo principal para com a obra: “[...] deixarmos lançada a primeira pedrinha para o alicerce do edifício da história do lugar escolhido para a nova capital do estado, desde sua primitiva origem, e dado o primeiro passo para os *annaes da fundação da nova cidade mineira*” (DIAS, 1897:II). Esse trecho já nos avisa sobre as verdadeiras concepções de Dias: ele acredita na relevância e na importância forçosa de se escrever a história de Curral, fazendo-o em estreita correlação com os primeiros passos da nova cidade. Nesse sentido, a obra se pretende um liame entre o passado da velha Curral e os novos tempos, anunciados pela construção de Belo Horizonte.

#### IV

De saída é importante salientar que o pensamento de Dias segue uma cadência fundamental, a saber: Curral d’El Rei, lugar afável e de ares acalentadores, tem origem briosa e lancinante,<sup>14</sup> caminha na prosperidade e chega à decadência nos anos finais da monarquia,

13. Estamos falando de homens públicos, mas também de particulares a quem o sucesso da cidade interessava já que isso coincidia com o seu próprio sucesso enquanto “cidadão”. Há aqui um exemplo interessante narrado por Arthur Azevedo: “Tinham-me dito que em Minas, berço da República, havia muitos monarquistas [...] Pode ser que os haja noutros pontos do Estado, **em Belo Horizonte são fruta rara, raríssima**. Verifiquei, pelo contrário, que ali quase toda a gente é florianista, mas de um florianismo ardente e exaltado. Há lá uma vasta associação que tem por fim glorificar todos os anos a luminosa memória do Marechal de Ferro. Passando por uma das ruas principais da cidade, avistei na fachada de um prédio [...] o busto de Floriano Peixoto fazendo ‘pendant’ ao da República. Supus que fosse um edifício do Estado: era uma casa particular” (AZEVEDO, Artur. Um Passeio a Minas – VI. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 11 dez. 1901, p. 2, grifos nossos).

14. Dias, em “Origem”, mostra que Curral é descoberta nas trilhas dos caçadores de metais preciosos, sendo um sítio de grande valor por sua proximidade em relação à residência dos primeiros exploradores daquelas terras promissoras de riqueza à margem do Rio das Velhas (DIAS, 1897:11).

justamente quando aparecem dois novos atores históricos: A República e a nova capital. Assim escreve no capítulo IV, “Fundação”:

Constituindo em freguezia em 1750, o Curral d’El-Rei, sempre de augmento em augmento, de progresso em progresso, chegou a dominar em 1815 a uma area de quasi 18 mil habitantes [...] De então para cá tem decrescido sensivelmente sua população, em virtude dos desmembramentos [...] Contudo podia ainda este logar crescer e prosperar, com tantos e tão bellos elementos naturaes de vitalidade, de grandeza e de prosperidade; mas não cresceu e nem prosperou; porque? (DIAS, 1897: 12-13).

No capítulo seguinte, “Causas da Decadencia”, Dias observa os principais entraves ao *progresso* de Curral. A citação acima esclarece que não se trata da natureza do lugar. Segundo o autor são quatro os grandes responsáveis pelo atraso: *a)* a presença de homens de má índole, “[...] cujo único fito era impor sua vontade ao povo” (DIAS, 1897:13); *b)* a desunião da população e os desencontros de suas idéias; *c)* império de uma politicagem desmedida e exaltada; e, por último, *d)* “o mal dos males, o mais terrível escolho ao desenvolvimento physico, intelectual e moral dos filhos deste logar” (DIAS, 1897:13): o casamento entre parentes!

Com efeito, o que o autor faz é responsabilizar os homens e não a natureza pelo atraso de Curral. Assim, em um lugar de natureza exuberante e relevo equilibrado, a desunião entre as pessoas e a má índole de alguns, somados ao escolho do incesto, abre frestas para uma crise econômica e de valores sem precedentes. A bancarrota, considerando os desmembramentos, causa da diminuição populacional, acontece em 1870, quando Venda Nova eleva-se à categoria de freguesia, libertando-se dos *cuidados* de Curral.

Diante desse quadro impõe-se à República a tarefa de trazer grandes e boas transformações. É isso fundamentalmente que reclama o nosso autor, e é justo nesse momento do texto que se coloca a passagem célebre que induz-nos a compreendermos a obra na perspectiva do rompimento e não da continuidade.

Esse ardor [Dias refere-se a contendas políticas e outros desentendimentos entre a população], porem, foi se arrefecendo com o correr dos tempos e ao passo que o povo foi conhecendo o mal que o mesmo lhe causava; contudo não se extinguiu de todo, e foi assim que nos últimos dias da monarchia, foram aqui levantados em plena rua os sediciosos gritos de – Viva a República! – e não há muito trocado o antigo nome de Curral D’El Rei pelo de Belo Horizonte, para apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse (DIAS, 1897:18, grifos nossos).

Apagar *tudo o que a trono cheirasse e a rei se referisse* não significava absolutamente apagar a velha Curral. Dias é um desafeto da monarquia, e do jugo colonial. O autor ataca veementemente os “ferrenhos vínculos, que nos pendiam aos pés do throno de Portugal [...] [e o] systema de exclusivismo e centralisação do regime passado, porque eram esses males communs” (DIAS, 1897:17). Mas inferir que Curral fosse um lugar condenado aos males terríveis de tempos obscuros, sendo então bem-vinda a sua extinção, há uma distância abissal. Em sua obra, Dias demonstrará profunda preocupação com o arraial, tratando-se a chegada de Belo Horizonte de verdadeiro ato de salvação para um lugar de futuro já prometido, mas perdido em sua caminhada em direção ao progresso.

A República viria, pois, como instrumento de transformação; como *um reduto de águas mornas a lavar os males* da boa, conquanto doente, Curral. O novo regime haveria de assumir o compromisso (a que Dias também se propõe em sua obra) de devolver ao velho arraial a longevidade dos tempos áureos. Assim, o novo e o arcaico não operam como elementos de ruptura, mas de continuidade. A República e Belo Horizonte seriam prenúncios de uma nova

fase de Curral, uma fase promissora, que evocasse o progresso na cifra da união, que devolvesse ao pequeno lugarejo os ares tranqüilos de sua origem.

Em seu capítulo VIII, “Índole e trabalho”, Dias faz sensíveis apreciações à tradição curralense, lamentando a sua dispersão junto com os velhos habitantes. À imagem negativa e pejorativa compartilhada pelos membros da comissão construtora a propósito da população curralense, Dias contrapõe uma visão bastante adversa. Mais uma vez podemos observá-lo citando Alfredo Camarate, que escreve:

[...] o tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica [...] (CAMARATE apud ASSIS, 1995:9).

Dias não mede palavras para reverenciar o caráter simplório e dado ao trabalho daquela população, fazendo frente sistemática a essa posição do técnico construtor:

Era este um povo fraco, hospitaleiro e affável para com os seus hospedes. Julgava-se feliz, vivendo sem grandezas, mas com independência; sem riquezas, mas com fartura [...] Era (digo era porque hoje a população se baralhou com a onda do povo recém chegado para os serviços da nova capital, como uma gotta de vinho se confunde no oceano, ou se dispersou para os arrabaldes da freguezia; era um povo laborioso e trabalhador) (DIAS, 1897:28-29).

Note-se aqui o aspecto mesmo nostálgico do pensamento do autor. Ele vê na antiga Curral traços sublimes de uma cultura que se foi, mas que pode ser recuperada com a chegada da nova capital. Mas há também nesse trecho uma contradição: considera-se a dispersão da população original e a sua mistura a outros povos fatores decisivos de dissolução da tradição local. Ora, ambos os fatores são correlatos da mudança da capital, que Dias vê com bons olhos. Como então se resolve esse impasse? Ao problema da mistura com outros indivíduos Dias poupa palavras e apenas lamenta o fato de a rala e pura população curralense obscurecer-se diante do grande fluxo populacional para a nova cidade. À dispersão das famílias para os arrabaldes, o autor é ainda mais categórico:

Sentimos nos escrinos do coração uma luz de fagueira esperança [...]: aquele povo, que tão desalentado se retirava o centro da povoação, ia levar alguma vida ás incultas cercanias do arraial, arroteando os matos e os campos [...] os claros deixados no arraial iam preencher-se pelos práticos obreiros da nova capital (DIAS, 1897:86).

É notável como Dias dá à onda de desapropriações, talvez a face mais traumática de todo o processo de mudança da capital, um aspecto de coisa leve e natural. Com mestria, retira-se aos fatos qualquer traço de conflito, dando-lhes uma aura intrigante de equilíbrio e boaventurança. O autor saúda a civilização e eleva ao último escalão de importância aquela que elege como personagem central dessa história: a cidade. Nesse sentido, as populações se movimentam no espaço exclusivamente em função de uma providência maior: o progresso. Numa perspectiva teleológica, concebe-se a construção da capital como profunda metamorfose da antiga Curral, conduzindo-a a novos tempos áureos, lembrando a sua origem. Assim, no esteio da providência, os desapropriados são reduzidos – ou talvez devamos dizer elevados – à categoria de responsáveis pela expansão do vilarejo. Essa seria uma tarefa nobre já que, para o nosso autor, *expansão espacial* e *progresso* andam juntos.

Aarão Reis, como observa o próprio Dias, ordenou que não ficasse alma sequer no espaço urbano e nem no suburbano de sua planta matriz. As populações haveriam de habitar a área rural, vivendo da terra e da agropecuária de abastecimento. Mas, a despeito disso, Dias faz um eloqüente elogio a Reis, colocando-o como sujeito de rara complacência. O autor chama atenção para a não-conveniência de se usar o termo *desapropriação* ao que na verdade teria sido uma feliz relação de compra e venda, “[...] onde o comprador era o estado na pessoa do dr. chefe da comissão, e os vendedores os proprietários deste lugar” (DIAS 1897:83).

Nesse clima de harmonia, chegamos aos animados dias de fundação da cidade. Há um esforço incondicional por tornar os acontecimentos verdadeiros eventos-dádivas, em que concorreram fatores naturais e humanos para que tudo se desse na mais ordeira paz. Ao narrar o dia 7 de setembro de 1895, quando das cerimônias oficiais de fundação da cidade, Dias atribui um ar de contentamento geral à população local e à própria natureza:

Esplendidas, brilhantes e apparatusas foram ellas [as festas]. E era de mister que assim o fossem, para attrahir-se a atenção dos extranhos e tornarem-se mais conhecidas as bellezas deste logar e sua propriedade para ser a metropole de Minas [...] Por um capricho da natureza, após clara e serena aurora que despontou graciosa no horizonte, seguiram-se alguns momentos de tempo dúbio e nebuloso, que assaltaram com desalento os corações festeiros. Mas, dentro em pouco, essas nuvens se dissiparam e appareceu o céu azul, sereno e límpido, evitando-se os inconvenientes do pó, que desapareceu, e da lama que já não existia, dos raios do sol que não atravessavam ardentes as camadas ethereas, e da chuva que não veio mais (DIAS 1897:85).

Como se vê, o autor parece evocar forças ocultas para dar a tudo um tom de harmonia incomum. Isso sempre em consonância com a alegria das pessoas (todas, indistintamente), cujos corações mantinham vivas as ligações com a velha Curral. As pessoas e as coisas (tanto humanas quanto naturais) ganham na obra status de pares perfeitos em um processo que, embora intrinsecamente repleto de discontinuidades e, por isso mesmo, conflituoso, deixa-se parecer harmônico e de rara coerência. Um ponto da narrativa que à primeira vista poderia parecer desprezível ganha então importância central: trata-se da descrição sobre a situação do solo no dia das festividades de fundação: na letra do autor, como pudemos observar acima, não há mais pó e nem lama. Existe aí uma referência algo sublime e de um simbolismo intrigante: o pó, que se faz do *excesso* de secura, cessa ante a chuva que, por sua vez, não persiste e logo se dispersa em favor de um céu azul que traz o sol que seca a lama, fruto do *excesso* de água. Mas o próprio sol não é forte o bastante para gerar mais poeira, os seus raios “não atravessam ardentes as camadas etéreas”. Tudo fica na mais perfeita harmonia, nada de excessos, apenas equilíbrio.

Vários textos da época lembram o desconforto gerado pelo pó e pela lama a quem se arriscasse por aquelas terras de Belo Horizonte nos tempos de sua construção. O coletor Celso Werneck em suas reminiscências observava:

A impressão não podia ser boa [...] o pó era medonho! Triturado, vermelho, em alguns lugares se acumulava em camadas que atingiam mais de um palmo [...] tornando obrigatório o uso das meias-botas [...] que impermeáveis, também serviam para chuva.<sup>15</sup>

A lama e o pó poderiam muito bem ser desconsiderados por Dias, já que eram o maior estorvo de um lugar que se transformara em canteiro de obras. Mas Dias insiste em citá-los, negando-os a existência naquele momento, por uma oferenda da natureza. Aliás, ele os considera

15. WERNECK, Celso (s/d). Reminiscências do Coletor Celso Werneck. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto (mimeo), apud MAGALHÃES, 1989:82.

justamente para negá-los, ou antes, para mostrar como a natureza conspirou para que tudo corresse bem naquele dia tão especial.

Mas precisamos nos deter um tanto mais nessa questão da natureza e da cultura no arraial, porque a despeito da maior importância dada aos fatores naturais, Dias, como vimos, não desconsidera a cultura do povo curralense. Beatriz Magalhães, em estudo sobre a construção e o desenvolvimento de Belo Horizonte, observa que o grande desafio da comissão construtora era eliminar o caráter arcaico de Curral d’El Rei para dar vez à modernidade da nova capital. Isso, segundo as mesmas matrizes do pensamento da época, constante da formação politécnica de Aarão Reis, implicava numa verdadeira mudança de estágio na cadeia evolutiva preconizada por Comte. Como escreve Magalhães,

O projeto da Capital eliminou a idade média do lugar: o metafísico Curral d’El Rei, com sua igreja pastoreando o casario tortuoso, para retomar a sua infância, descontaminada do cultural, em seu primitivo estado fetichista – instintivo, voluntário, orgânico –, o natural, e, a partir dele, articular racionalmente a sua idade moderna, o estado positivo, científico, definitivo (MAGALHÃES, 1989:142).

É tentador também estabelecer esse paralelo para a obra de Dias, mas olhares atentos podem revelar traços de uma complexidade ainda maior. Na tentativa de salvaguardar alguns elementos do antigo arraial, casando-os com os auspiciosos ventos de modernidade, Dias não desconsidera as pessoas, e, por conseguinte, os referenciais culturais da velha Curral. Assim, voltando ao capítulo VIII, “Índole e Trabalho”, flagramos o dia-a-dia de labor e alegria que orquestrava a vida da população curralense original:

[...] de segunda-feira a sábado, as ruas estavam desertas e ermas [...] porque os homens estavam entregues às afanosas lidas da lavoura [...] Aos domingos, porém, era outro o aspecto do arraial, que, como por encanto, se transformava em uma verdadeira feira local – alegre e animado que era! [...] À noite, [o silêncio] era levemente interrompido pelos ternos e saudosos sons de uma flauta, e pelas notas poéticas d’algum violão, acompanhando modinhas, cantadas ao luar por algum filho da terra (DIAS, 1897:29-30).

Esse cenário idílico, ordeiro e regular, não se sustenta ante as transformações impostas pela mudança da capital. A cidade dos sonhos de Reis e de outros “visionários” da modernidade e do progresso capitalista, afasta esse tipo de cotidiano que respeita à lógica do trabalho na lavoura, do comércio de trocas e das cantorias “vadias” pelas ruas pequenas e acessíveis. O aconchego do lar e da família estendido ao espaço público de ruas tortuosas e estreitas, conhecerá a sua negação na ação austera da comissão construtora.

Christian Topalov salienta que dentro de uma proposta de tornar a sociedade e a cidade *objetos da ação racional*, engenheiros e arquitetos promoveram, a partir de 1880, políticas urbanas *típicamente modernas*. As resoluções de Aarão Reis nos relatórios que apresentava ao governo confirmam essa observação:

às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos de colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto (BARRETO, 1936:241).

O engenheiro-chefe da comissão construtora falava deliberadamente em medidas que projetam a tríade da cidade moderna haussmanniana: embelezamento, infra-estrutura e racionalização do espaço urbano. Não ironicamente, porém, a cidade torna-se um reduto do espetáculo barroco, representado pelas praças e monumentos republicanos, pela arborização e

pelas imponentes avenidas (MAGALHÃES, 1989). Nada receptivo à prática costumeira da antiga Curral. Algo a que vem em socorro Dias. Ao tratar das festas religiosas no velho arraial dos tempos áureos, o autor venera o cotidiano afortunado da população local, fazendo-o, acreditamos, numa perspectiva de elogio àquilo que não se deveria perder justo por ser o depositário de ricas raízes:

Quem acertasse de visitar Curral d’El-Rei em princípios do mez de agosto, certo que ficaria agradavelmente impressionado pelo tom festivo, afável e alegre de seus habitantes [...] Todos estão contentes, e preparam-se para receber e obsequiar às comadres, aos compadres e aos parentes que virão assistir às festas [...] Os alfaiates, os sapateiros, todos, enfim, estão alegres e satisfeitos, pela abundância de encomendas de factos e calçados (DIAS, 1897:52).

Não podemos deixar de observar que Dias é um clérigo – e o seu ardor pela cultura católica fica patente em sua narrativa –, o que o impele à tarefa de dar relevo àquilo que mais lhe contenta na tradição do arraial: a cultura religiosa. Daí considerarmos serem o catolicismo e as práticas e comportamentos ligados a ele, o cerne da preocupação do nosso autor em salvaguardar traços da cultura local. Mas essa cultura, como dito, aparece coadunada com os referenciais da modernidade. A visão saudosista da população curralense haveria de misturar-se às novas perspectivas trazidas pela inteligência construtora e pela elite burocrática formando uma única vontade de ver amadurecer feliz e saudável o fruto de desejos comuns. Num momento em que já se observam tendências claras à secularização da vida urbana, Pe. Francisco Dias dá-se à tarefa de *adaptar* a tradicional cultura cristã católica à moderna cultura urbana que queria ganhar espaço. Eis aí mais uma vez o interesse e o esforço por dar aspecto harmônico às austeras transformações.

Ao perseguirmos evidências que reforcem essa posição de Dias por ele mesmo, é interessante, por exemplo, observar o avesso de posições entre o autor, que tanto louva os trabalhos de Aarão Reis, e a comissão construtora acerca da matriz da Boa Viagem. Para a comissão a matriz tratava-se de prédio “sem elegancia nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architettura, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas [...] monumento de mau gosto”.<sup>16</sup> Ao que Dias responderia assim: “possui a freguezia uma sólida Matriz, que admira a todos os visitantes [...] podendo o mesmo competir com qualquer Matriz de muitas cidades populosas e adeantadas” (DIAS, 1897: 39). Adiante Dias ainda observa:

Espíritos fracos, restos da idade media, dirá alguém; mas, espiritos fracos, respondemos nós, que gozavam de mais paz e felicidade do que os orgulhosos chamados espiritos fortes da idade moderna e da contemporanea, que, sem paz, sem crenças, sem rumo e sem guia, vivem no torvelinho das perplexidades e das incertezas, como leve palha levada pelo tufão (DIAS, 1897:40).

No entanto, ao mesmo tempo em que acusa a imponderação de críticos austeros do antigo em favor do novo, Dias louva o progresso trazido pelos tempos republicanos. Em tom teleológico, ele fala de uma propensão do homem ao progresso, mas intercede em favor da manutenção de traços fundamentais do passado tradicional. É assim que todo um processo de transformações obedece a uma dialética peculiar, cuja síntese é a nova cidade moderna e civilizada que une os povos em torno da religião e da honestidade, devolvendo-lhes o acalanto dos tempos áureos, e eliminando a doença, na fonte inesgotável de natureza benevolente e agradável. Dessa maneira, o novo é bem vindo, porque:

[...] há sempre de acompanhar aos antigos habitantes do Curral d’El Rei, ou Bello Horizonte, eterna e saudosa lembrança de seu simples e modesto, mas pictoresco e

16. Comissão Constructora da Nova Capita – Revista Geral dos Trabalhos, 1895, vol I. pp. 11-15.

poético arraial, tão rapidamente metamorphoseado em primeira cidade do Estado (DIAS, 1897:34).

Aliás essa noção de metamorfose é ponto nevrálgico do raciocínio de síntese harmônica que identificamos em Dias. Aquilo que metamorfoseia pressupõe permanência em alguma instância: há um processo latente de transformação, mas o essencial permanece. Assim, a nova capital não se faz à revelia do velho arraial, tampouco em detrimento dele, mas nele e a partir dele. A natureza e a tradicional cultura local somam-se perfeitamente aos elementos da modernidade, concorrendo todos para o casamento perfeito entre presente e passado.

A cidade, personagem central da trama, encarnaria, pois, esse perfil do equilíbrio e da conciliação, e a magia que provém de arrumações da natureza reproduz-se entre os homens. Os habitantes da cidade passam a ser todos movidos pelo mesmo intento e pela mesma satisfação. Ao transcorrerem-se as cerimônias de sagração das pedras fundamentais,

[...] ao som do hymno nacional, [...] um exemplar da constituição federal, idem da estadual, jornaes do dia, moedas e outros objectos que alguns circundantes offereceram [...] foram collocados em linda caixa de veludo azul celeste pelo exm. Presidente do Estado, e nella fechados pelo exm. chefe da comissão. Metida essa caixa em outra de madeira tosca, foi tudo assim lançado na cavidade quadrangular da pedra [fundamental] para esse fim preparada e disposta. Rodada sobre esta, outra, que devia servir de tampo, foram ambas cosidas á argamassa e depois selladas em cruz com água benta por nós, como parocho da freguezia (DIAS, 1897:102).

Essa passagem sugere que os sonhos e os objetivos de arquitetos, engenheiros e autoridades públicas misturavam-se sem o menor disparate aos de homens e mulheres dali e d’alhores. A cidade, na letra de Dias, tornara-se fruto de um projeto único, decorrência do desejo daqueles que a projetaram, mas também, e na mesma medida, daqueles que foram expulsos do centro do arraial e que serviram para levantar os prédios e abrir as avenidas.

Nesse mesmo sentido, Dias encerra a sua obra afanando a metamorfose material que foi o processo de construção da nova capital, fazendo votos para que a mesma se desse no âmbito social e moral:

Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades [...] não diria mal quem [a] comparasse com o firmamento semeado de muitas estrelas, que vao se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza [...] nada é mais belo, mais poético e mais recreativo do que a observação atenciosa desta sublime metamorfose material. Praza aos céus que sublime, poética e bela seja também a metamorfose social e moral! [...] Quem pensaria [...] que o velho, pobre, humilde e decadente Curral d’El Rei havia de, em tao rápido voo, elevar-se à altura em que hoje o vemos [...] tendo diante de si um futuro tao risonho e brilhante (DIAS, 1897:105-107).

Essas duas passagens do capítulo XXX, “Conclusão”, são ilustrativas de tudo que falamos até aqui. Dias se mostra preocupado com o futuro cultural da cidade e a entende como um desdobramento da história de Curral, que sai triunfante da decadência, lançando-se na direção de novos tempos áureos.

## Conclusão

À obra de Dias emprestamos, portanto, o status mesmo de *projeto*. A partir de um discurso conciso e carregado de sentidos, versado *sobre e pela* nova cidade, o autor constrói uma retórica

do passado do Curral d'el Rei para pensá-lo, ele próprio, como Belo Horizonte, capital (republicana) do estado de Minas Gerais. A matéria da obra tem dois pólos claros: de um lado, Curral, lugarejo fincado no cimento da tradição interiorana católica, de população rala, distante dos centros político e econômico da província (depois estado) de Minas Gerais; de outro, uma *cidade-promessa*, ainda não concretizada, envolta a um discurso de modernidade. O trauma de Curral – destruída materialmente e negada ideologicamente como signo do atraso –, somado ao *vazio* da *semiconstruída* Belo Horizonte de 1897, constituem o caldo de contradições reais de que se faz a obra de Dias.

Textos da época apontam para o caráter lacunar da cidade de Belo Horizonte, em que os projetos de modernidade, necessariamente pautados no discurso da igualdade e da justiça social, próprios de um regime republicano e democrático, se debatem a todo o momento com vazios e sofrimento. Em 1927, por ocasião do aniversário de trinta anos da capital mineira, a coluna *Cidade dos Trinta Anos*, do jornal *Diário de Minas* publicava as seguintes reminiscências de um antigo morador da capital recém-inaugurada:

Em 1897 a coisa era bem diferente. Lembro-me perfeitamente da minha chegada o ingênuo 'farwest' de Curral d'El Rei. Eu vinha da corte pacífica de Ouro Preto, com os meus baús e a minha jovem esposa, envolvido na 'poussée' burocrática. Custei a me acostumar com a febre diurna das derrubadas e construções, e a zueira noturna das brigas entremeadas de furtos que o 'sheriff' major Lopes punia severamente. Eu vagava pelas ruas em ainda virgens de casas à procura de um café inencontrável, enquanto italianos suarentos se comprimiam à porta da farmácia do meu mestre Teófilo Lage, disputando limonadas purgantes que, quanto mais se fabricavam, mais se vendiam.<sup>17</sup>

Esse depoimento reproduz claramente a fala de um membro da elite burocrática ouro-pretana injuriada pela mudança (forçada) para a nova capital, daí compreendermos o seu esforço por deturpar a imagem do lugar. Mas é justamente esse tipo de discurso, muito diverso do de Dias, que vem confirmar o caráter diverso da própria cidade, e da realidade mesma do local, que não parece tão harmônica como colocada pelo reverendo.

Monteiro Lobato, em visita à cidade dos primeiros tempos certa vez escreveu: “Existe uma escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante [...]” (*apud* JULIÃO 1996:62-63). E, de modo a corroborar a observação de Lobato, o cronista João do Curral, no mesmo *Diário de Minas* lembrava o antigo apelido da promissora Belo Horizonte: *Poeirópolis!*<sup>18</sup>

Ora, como deve ter ficado claro, não acreditamos absolutamente que a construção da nova capital tenha se dado sem amargura e sem conflito. A coexistência de entusiasmos e consternações constituem a característica intrínseca da sinuosa e ousada empreitada de Aarão Reis e seus técnicos. Mas a existência de textos como o de Dias, que tentam dar sentido às coisas, obscurecendo essa complexidade, é sintomática. Lembre-se que a obra fora publicada primeiramente no periódico *Bello Horizonte*, na forma de folhetinescos. Desta forma a podemos considerar uma difusora de representações sobre a cidade, que de uma maneira ou de outra circulou entre o público da época. Que leituras se fizeram dela e a que grupos ela interessava? Como essas representações, que forjam uma verdadeira *identidade* para a cidade, repercutem e mesmo refletem as ações dos cidadãos?

Uma grande preocupação de Chartier ao tratar da história cultural é com a estreita relação existente entre prática e representação. Citando Mauss, Chartier salienta: “mesmo as

17. DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 1927, 11 dez, p. 1, *apud* MAGALHÃES, 1989:82-84.

18. CURRAL, João do. “A propósito do aniversário da Capital”. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 13 dez. 1927, p. 1, *apud* MAGALHÃES, 1989:85.



representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos” (Chartier, 1990:17). Daí indagarmos centralmente sobre o lugar histórico de um discurso, como o de Padre Francisco Martins Dias, na constituição do espaço urbano e das relações de trabalho e poder.

Em seu estudo sobre a cultura das ruas do Rio de Janeiro, Mônica Velloso trabalha com cronistas e caricaturistas, tomando-os como olhares sensíveis e ao mesmo tempo participantes de seu tempo e de sua cidade. Como escreve a autora, “as representações [difundidas, senão muitas vezes até moldadas e construídas mesmo pelo trabalho dos cronistas e caricaturistas] não refiguram apenas o mundo social, mas o constituem enquanto tal [por isso] [...] a crônica constitui-se em fonte indispensável para a reflexão historiográfica” (VELLOSO, 2004:17). Dias pode ser aproximado da imagem do cronista de Velloso na exata medida em que se constitui em sujeito histórico do processo de construção da cidade de Belo Horizonte, preocupado com a construção de traços identitários que dessem uma história e um sentido para a nova cidade e para o seu povo. Como os cronistas fluminenses, Dias criou representações reveladoras de um período complexo e contraditório, mas cuidou, como insistimos mais de uma vez, para que as ambivalências se tornassem amálgamas leves do equilíbrio e da harmonia.

Não entendemos que esse nosso enfoque seja o mais importante para a análise do espaço urbano, e sabemos das nossas limitações quando optamos por privilegiar certos preceitos teóricos e metodológicos. É claro que damos aqui um tratamento cultural ao nosso objeto, e a própria trajetória desse estudo, somada à opção por determinados recortes na obra de Dias são a marca de nossa circunscrição. Bernard Lepetit lembra-nos que a cidade é um objeto complexo que, conforme a natureza intrincada das relações práticas e simbólicas que travam os seus habitantes, demanda necessariamente a interdisciplinaridade (LEPETIT, 2001). Dessa maneira esperamos que esse artigo se justifique pelas outras questões que possa suscitar, e pelas outras possibilidades de análise e interpretação que possa permitir, dentro dos domínios da história e fora dele.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Marcelina Dutra de. *Fé na modernidade e tradição na fé*. Belo Horizonte. FAFICH/UFMG. (Dissertação de mestrado). 1993
- ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DC. (Dissertação de Mestrado). 1987
- ASSIS, Eleonora Sad. *O Plano de Belo Horizonte em fins do Século XIX: o enunciado e o visível*, Monografia, FAU-USP. 1995
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média*. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897). Belo Horizonte: Rex. 1936
- BARROS, José Márcio. *A cidade como discurso*. Urbanitas Revista de Antropologia Urbana. Ano 1, nº 1, vol. 1, julho. 2004
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras. 1986
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras. 1987

- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel. 1990
- DIAS, Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte. 1897
- DULCI, Otavio Soares. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS. 1984
- DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996
- FARIA, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)*. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: UFMG, n.1, p. 26-43, nov. 1985
- FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio (1992). *Cidade e história*. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA.
- FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. BH, Imprensa Oficial. 1979
- GUIMARÃES, Berenice Martins. “A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996
- \_\_\_\_\_. *Cafuas, Barracos e Barracões*. IUPERJ, Tese de Doutorado. 1991
- INGLESIAS, Francisco. “Trajetória e significado de Belo Horizonte”. In: *Memória da Economia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, BMG. 1987
- JULIÃO, Leticia 1996. “Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna”. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP. 2001
- LE VEN, M. M. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte, 1893-1914*. Belo Horizonte. Tese (mestrado) UFMG, DCP. 1977
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: apontamentos históricos*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Bello Horizonte, 1905 p. 339-82.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. *Belo Horizonte, um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG. 1989
- MATTOSO, Kátia Queiroz. *A cidade de Salvador e seu mercado no século XX*. São Paulo: Hucitec. 1978
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. “A noiva do trabalho – uma capital para a República”. In: DUTRA, *op. cit.* 1996 pp. 11-45.

- MENEZES, Lená Medeiros de (1996). *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH. 1994
- NEVES, Magda de Almeida e DULCI, Otavio Soares (coord.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte. 1996
- PAIM, Antonio (1999). *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: UNB.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS. 1999
- \_\_\_\_\_. (1995). *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, p. 279-290.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- RAMINELLI, Ronald (1997). “História Urbana”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs) (1997). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- RONCAYOLO, Marcel (1990). *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris haussmanniana*. Projeto História-espço e cultura. Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da PUC, SP. São Paulo, n. 18.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (2001). “O Pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às praticas”. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (1988). *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: UFF; São Paulo: Projeto Editores.
- \_\_\_\_\_. 1982. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro, IBAM.
- SEVCENKO, Nicolau (1992). *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Laura de Melo e (1987). *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOPALOV, Christian (1996). “Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX”. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.) (1996). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VEIGA, Cynthia Greive (2002). *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

VELOSO, Mônica Pimenta (2004). *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.